

DIREITO APLICADO E ESPECIALIZADO

Retenções Tributárias nas contratações públicas (Adm. Direta e Indireta da União, dos Estados, do DF e dos Municípios) - Atualizado: IN's nº 2.110/2022 e 2.145/2023. Retenções do PIS, COFINS, CSLL, IRRF e INSS nas contratações de PJ

Carga horária: 16h

Módulos: 7

SOBRE O CURSO

Este curso aborda as atualizações nas retenções tributárias, conforme as IN's nº 2.110/2022 e 2.145/2023, enfocando em tributos como PIS, COFINS, CSLL, IRRF e INSS nas contratações públicas. É essencial para profissionais que buscam compreender as nuances da legislação tributária atual e aplicá-la corretamente em suas atividades.

OBJETIVO

O objetivo é capacitar os participantes na correta retenção de tributos como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, INSS e ISSQN em pagamentos feitos por Órgãos Públicos a Pessoas Jurídicas. O curso propõe uma compreensão detalhada das obrigações acessórias e das práticas necessárias para a efetivação dessas retenções segundo a legislação vigente.

PARA QUEM É ESTE CURSO

Direcionado a Servidores Públicos da União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e profissionais de Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista, Conselhos Profissionais Regulamentados, Entidades Imunes e Isentas, e Organizações que prestam serviços para Órgãos Públicos, além de profissionais das áreas fiscal, contábil e jurídica.

PRÉ-REQUISITOS

Conhecimento básico em legislação tributária e práticas fiscais é recomendado, mas não obrigatório, para aproveitar plenamente o conteúdo do curso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Síntese da Programação

- Retenções na Fonte Veiculadas por Órgãos da Administração Pública Direta e Indiretas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas contratações de serviços de CNPJ'S, quais sejam:
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);

- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Programa de integração social (PIS);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Imposto sobre Serviços (ISS);
- Contribuição Previdenciária (INSS).

1. Introdução

- Principais legislações;
- Quem deve reter?
- Sujeição passiva: Contribuinte e Responsável.

2. MEI

- Cota Patronal do INSS nas contratações do MEI;
- Identificando um MEI.

3. Retenção do IRRF, PIS, COFINS E CSLL

- Repartição do Imposto de Renda na Constituição;
- Titularidade da Receita do Imposto de Renda Retido pelos Municípios (RE 1.293.453);
- Das coisas;Quem deve reter;
- Serviços especiais à disposição;
- Optantes do Simples Nacional.
- Base de Cálculo;Alíquotas.
- Imunidades e Isenções.

4. Retenção do INSS

- Conceito e características da Cessão de Mão de Obra;
- Conceito e características da Empreitada;
- Casos de dispensa da simulação;
- Das comprovações para a dispensa da ideia;
- Profissões regulamentadas;
- Construção civil: Obra e Serviço.
- Empresas do Simples Nacional;
- Alíquota e Base de Cálculo.Reduções de base de cálculo 1;
- Pontos de Atenção.

5. Retenção do ISSQN

- Serviços básicos;
- Leis locais.
- Base de cálculo;
- Redução da base de cálculo.
- Alíquota mínima e alíquota máxima;
- Exceções à alíquota mínima;
- Consequências da alíquota inferior a 2%;
- Alíquotas dos optantes do Simples Nacional;
- Local da Instituição do ISS: regra geral e estabelecimento.
- A apresentação do conteúdo será meio de apresentação de casos práticos apresentados na sala de aula online.

6. Legislação Básica e Suas Atualizações

- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Código Tributário Nacional;
- Lei 8212/91;
- Decreto 3048/99;
- Norma de Instrução Ativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110/2022. Lei 9.430/96;
- Decreto 9580/2018;
- Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012;
- Lei Complementar nº 116/2003;
- Lei Complementar 123/2006;
- Outras normas relevantes.

TURMAS DISPONÍVEIS

Brasília

Confirmada

PERÍODO
05/10/2026 a 08/10/2026

HORÁRIO
14:00 às 18:00

MODALIDADE
Online

Online
R\$ 2.150,00

COM QUEM VOCÊ VAI APRENDER



Rafael Gonçalves

Graduado em Administração de Empresas, Pós-Graduado em Direito Tributário, Fiscal de Tributos Municipais (2015-2020), Controlador Interno Municipal (2020-Atual), Presidente e Membro com COFATT/AMOSC (2015-2020), membro do CONFAZ-M/SC (2017-2020), integrante do Grupo Técnico de Trabalho para assuntos tributários da FECAM durante a COVID-19 (2020-2021), Professor e Palestrante